

HISTÓRIA MILITAR: ALGUMAS RELEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE A PRESENÇA INDÍGENA NAS FONTES MILITARES DO SÉCULO XVIII

WANIA ALEXANDRINO VIANA*

Introdução

As pesquisas recentes no campo da história militar - na qual incluo também trabalhos que até agora tenho desenvolvido- tem se limitado a perceber a militarização na conquista a partir de elementos considerados de caráter essencialmente militar no sentido ocidental do termo. Assim tem-se valorizado temas como: o recrutamento, o soldo, a organização estrutural em companhias de ordenanças, paga e auxiliares, o oficialato, soldados pagos, os soldos, a vida desses sujeitos compulsoriamente integrados as tropas lusas e muitos outros aspectos que este campo de estudo sugere.

Para mencionar apenas alguns trabalhos vinculados à história da época colonial. Podemos destacar as pesquisas de Cristiane Figueiredo Pagano de Mello sobre os corpos de auxiliares e ordenanças nas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais na segunda metade do século XVIII (MELLO: 2006). Nesse trabalho, através da perspectiva militar analisa as estratégias do Estado português em tornar possível a governança na colônia, por meio do recrutamento de forros, homens brancos livres e pobres, considerados grupos de risco para a manutenção da ordem pública. Kalina Paiva da Silva, intitulado *O Miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*, analisa a situação dos soldados na colônia mal pagos e ainda responsáveis pela manutenção da ordem (SILVA: 2001). Aborda situações do cotidiano e a resistência desses sujeitos ao recrutamento militar (NOGUEIRA: 2000). Paulo Possamai, com pesquisas voltadas para a Colônia do Sacramento, ressaltou as dificuldades do recrutamento e o cotidiano de soldados sujeitos ativos, que buscavam por baixas, desertavam e até se amotinavam (POSSAMAI: 2010). Ana Paula Costa destacou a

* Aluna do Doutorado em História Social da Amazônia, da UFPA. Esta pesquisa conta com o apoio financeiro da CAPES.

atuação dos poderes locais na Comarca da Vila Rica, revelando os interesses existentes nas relações de hierarquias militares e o perfil dos indivíduos que tinham postos de comando dos corpos de ordenança (COSTA: 2006).

Por último podemos citar uma recente publicação organizada por Paulo Possamai, intitulada *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos, e Brasil: estudos de História Militar na idade moderna*. Esta obra reúne diversos autores que tratam de diferentes temas militares. Abrangendo trabalhos que trazem questões desde a “formação dos soldados portugueses no século XVIII” até a instituição de tropas no norte e oeste da colônia (POSSAMAI: 2012). No que se refere aos estudos militares para o Grão-Pará, podemos citar o trabalho de Shirley Nogueira sobre o recrutamento militar, o único que conhecemos que procurou definir o perfil dos desertores e a resistência dos soldados ao ônus militar (NOGUEIRA: 2000). E, devo incluir nessa observação minha dissertação de mestrado. Na qual me preocupei em compreender a composição e a mobilização das tropas pagas no Grão-Pará, na primeira metade do século XVIII (VIANA: 2013).

Todos esses trabalhos utilizam as mais diversas fontes produzidas pela burocracia militar. Ou seja, mapas e listas das companhias militares, pedidos de baixa, regimentos de ordenanças, requerimentos de soldados dentre outros. O que, aliás, encontra-se em número considerável em nossos arquivos. Por outro lado, pouca referência se faz ao papel desempenhado pelos indígenas recrutados para as diferentes tropas militares na colônia. Por que isso ocorre?

Aqui há dois caminhos possíveis para entender essa questão. O primeiro é de caráter documental. É necessário entender a fonte, sua produção e finalidade. E, contextualizá-la no período pesquisado. O segundo refere-se à abordagem da pesquisa. Esses dois elementos fundamentais ao pesquisador pode ajudar a compreender os índios nas fontes militares.

1. Abordagens de pesquisa e a questão indígena nas fontes militares

A burocracia responsável pelos regimentos e questões militares do reino e nas colônias. Produziu um considerável número de fontes. Pedidos de baixa, Mapas e Listas de companhias militares, requerimentos do oficialato são alguns exemplos. Todavia, nesses documentos a presença indígena não é registrada. Por outro lado, quando pegamos, por exemplo, eventos de guerra como a do Rio Negro (1725-1728) são fundamentais como força militar e estratégica da Coroa. Ora, me parece um paradoxo.

A presença indígena é imprescindível em quaisquer diligências aos sertões ou às fronteiras. Em 1737, por exemplo, em portaria, o governador João de Abreu de Castelo Branco recomendava aos padres missionários que preparassem os índios que o cabo de guerra necessitaria para compor a tropa:

“recomendo muito aos padres missionários a quem o dito cabo pedir índios, tanto nas aldeias do Rio do Amazonas, como em todas as do Rio Negro o socorram com os índios de que necessitar, ou seja, para remarem as canoas, ou para qualquer outro intento conducente para utilidade das tropas de Resgates e, além disto, espero lhe dêem todo o auxilio e favor de que necessitar”. (APEP, Códice: 25, doc. 19)

Pedro Puntoni chamou de adaptação e incorporação da arte de guerra dos nativos pelos colonizadores portugueses, destacando o “uso dos índios, e de sua arte militar” como uma das principais diferenças entre as guerras nas conquistas e as que ocorriam na Europa moderna (PUNTONI, 2002, p. 49).

Exemplo dessa característica de guerra, apontada por Pedro Puntoni, foi a chamada “guerra do mato”, especialidade do início do século XVIII, empreendida contra os indígenas levantados ou os negros aquilombados. Isto significou a configuração de um novo tipo de ação militar, as expedições realizadas expressamente para um evento no sertão. Essas jornadas, também chamadas de “entradas” ou “bandeiras”, exigiram a assimilação de técnicas de guerra dos nativos, como o assalto – surpreender o inimigo despreparado para revidar o ataque –, além da acomodação de táticas às condições naturais da região. Essa capacidade de assimilação e acomodação de técnicas e estratégias nativas, adaptadas aos contextos ecológicos e sociais, foi, em larga medida, responsável pela superioridade obtida pelas forças europeias na colônia,

ou seja, a guerra na colônia não era só o resultado da acomodação da arte militar europeia. A superioridade militar, nesse sentido, está vinculada, a incorporação e adaptação de suas técnicas de guerra às dos nativos.

Essa é uma questão que precisa ser refletida. Em determinadas fontes militares o índio simplesmente não existe como agente para a defesa. E, em outras aparecem como fundamentais e imprescindíveis. O desafio, para o pesquisador que se propõe escrever sobre a militarização da região, é lidar com essas ausências e presenças.

A ausência está relacionada a um tipo documental específico. Aqueles vinculados a dinâmica de incorporação, regulação, controle e mobilização de soldados e oficiais. Portanto, o papel da militarização na colônia somente da perspectiva do recrutamento e distribuição de soldados nas companhias de ordenanças, auxiliares e paga, encobre a atuação indígena nas operações militares na região. Por uma razão simples, embora as fontes apontem para a presença de um número significativo de índios desempenhando os mais diferentes papéis em diligências militares, ou até mesmo a existência de tropas indígenas estes não aparecem em documentos de caráter essencialmente militar. Tomemos como exemplo dois tipos documentais gerados pela burocracia militar: mapas e listas das companhias pagas do Grão-Pará e os pedidos de baixa.

A elaboração de mapas e listas das companhias pagas existentes na colônia era uma das atribuições do governador, prevista em regimento. Esses documentos referem-se ao estado militar das capitanias, trazendo em alguns casos as listas nominais dos soldados e o local para onde foram destacados. Ocorre que nesse tipo de documento os índios não aparecem pelo fato deles não serem considerados soldados pelas legislações que normatizam as questões militares na colônia (regimento de fronteiras de 1645 e o regimento dos governadores gerais). Portanto, pesquisas no campo da história militar que priorizam esse tipo documental não consegue perceber os índios como sujeitos

ativos nesse processo de defesa, o mesmo ocorre com documentos sobre os pedidos de baixa de soldado.

O pedido de baixa era o meio legal de o soldado conseguir ficar livre das obrigações militares. Através de uma petição ao rei, geralmente feita pela família ou o próprio soldado expõe as razões para querer sua baixa. Esse é um corpo documental riquíssimo, pois permite conhecer não apenas os motivos alegados nas petições, mas também a condição da família do recrutado. O significado do recrutamento para o soldado e seu meio familiar e social, pode ser verificado nesse tipo de fonte. Todavia, trata-se de série documental que é possível observar o soldado, mas não o índio.

Isso se deve a natureza da fonte, sua finalidade. Aqui tanto Mapas e listas das companhias pagas como os pedidos de baixa, pertencem a uma burocracia vinculada a questões específicas de soldados e oficiais. É possível, com estes grupos de fontes, traçar um perfil do soldado pago, fazer um levantamento quantitativo dos soldados presentes nas companhias da capitania, verificar sua mobilidade e organização, observar as diligências e atividades desempenhadas por esses sujeitos no cotidiano da colônia. Identificar os significados e implicações do recrutamento na família e em outros aspectos da vida do recrutado. Porém, com este tipo documental, nada pode ser inferido sobre o índio, simplesmente por que ele não aparece. Aqui me parece necessário refletir sobre quem era o soldado pago na colônia?

Os homens que compunham as tropas pagas eram aqueles que deviam ter vida militar por excelência. Estavam atrelados à obrigação da defesa e apenas a ela deveriam se dedicar. Desempenhavam funções nas fronteiras ou diligências mais arriscadas como de confronto com tribos de índios rebelados ou com soldados de tropas inimigas. A miséria e atuação dos soldados da tropa de linha tornavam indesejada a incorporação em suas fileiras e por isso degredados e vadios era a qualidade de homens que apareciam nessa força. A integração de vadios, mendigos e criminosos nas tropas era fundamental para a Coroa, na medida em que, assim, se resolviam duas questões uma “social e uma administrativa: o excesso de vagabundos nas vilas e a falta de soldados nas tropas”. (SILVA, 2002: 86)

Outro aspecto que deve ser considerado é a abordagem de pesquisa. As reformulações sofridas pela história militar, no sentido de perceber as forças militares como parte integrante da sociedade. Pressupõe uma análise voltada às interações entre os diferentes setores, por meio das relações construídas cotidianamente na experiência colonial. Essas mudanças, em grande medida, embaladas a partir da década de 1970, em “razão das aproximações que a história estabeleceu principalmente com a Teoria Social e com a Antropologia” trouxe novos significados aos sujeitos sociais e contribuíram para ampliar os instrumentos de investigação e análise. (MOREIRA e LOUREIRO, 2012: 13-16)

Atualmente, tem se definido, inclusive, distinções entre o que chamam de “historiografia militar tradicional” e uma “Nova História Militar”. Essa fronteira tem sinalizado as mudanças ocorridas nas pesquisas nesse campo de estudo. Renato Restier e Marcello Loureiro ressaltam que a principal crítica com relação à historiografia militar tradicional reside na forma estanque em que o militar e as instituições militares eram tratados. Ou seja, eram retratados “fora” dos “contextos social, cultural, psicológico e geográfico. Não eram entendidos como receptores e agentes de transformação social”. (RESTIER JUNIOR e LOUREIRO, 2012: 92-93)

Todavia, embora a história militar tenha avançado no sentido da percepção do sujeito como agente ativo e participativo, num processo que articula sociedade e forças armadas, ainda carece de estudo que se volte para a presença de outros setores da sociedade colonial como os colonos e mais ainda os índios. Ora, embora os regimentos militares busquem regular a força de defesa na colônia por meio de duas categorias distintas e distantes na hierarquia militar: o soldado e o oficial. A experiência colonial tem mostrado que a presença militar transcende a soldadesca. Chegando a outros personagens, neste caso os índios que também foram mobilizados em função da defesa do território, e organizados em alguns casos em tropas específicas.

A análise da organização e incorporação indígena em tropas militares no Grão-Pará pressupõe, uma necessária reflexão sobre abordagem de pesquisa. Por outro lado,

pensar essa participação verificando o significado social e cultural da mobilização de tropas indígenas no território, exige também um diálogo entre História Indígena e História Militar. Nesse mesmo sentido, a leitura dessa atuação deve estar vinculada a uma “perspectiva multidisciplinar” que segundo Celestino de Almeida tem norteados trabalhos mais recentes sobre “as relações de contato entre os índios e os europeus”. Em outras palavras, significa “compreender as atuações das populações indígenas em suas relações de aliança e conflito com os europeus, a partir de seus próprios interesses e objetivo, que se alteravam no decorrer do processo histórico”. (ALMEIDA, 2003:46)

Essa mudança deve-se ainda os próprios questionamentos do presente, como ressalta Almeida “os povos indígenas de hoje, ao reconstruir suas identidades e histórias em busca de seus direitos, apontam, de certa forma, o caminho para historiadores e antropólogos aprimorarem o instrumental teórico e intensificarem pesquisas empíricas para reinterpretar as histórias e os índios do passado” (ALMEIDA, 2003:46). Nessa perspectiva ganham espaço às negociações, as alianças, as condições sociais do indígena nas suas diferentes atuações nas tropas militares.

A presença indígena na política de defesa da Coroa no Grão-Pará requer uma abertura das fontes e abordagens da chamada história militar. A ausência desses sujeitos nesse processo está relacionada também à própria limitação conceitual da História Militar. As pesquisas que venho desenvolvendo nesse campo de estudo têm apontado que de forma alguma a militarização pode ser pensada na experiência colonial como um evento somente para soldados e oficiais. Ao contrário a convivência, e o caráter arbitrário do recrutamento que estava estritamente ancorada as necessidades e conveniências da colonização matizam esse conceito.

É necessário, portanto, apontar novos rumos que agregue outras perspectivas da presença militar na colônia, e sobre isso a arte da guerra indígena, seu conhecimento sobre a floresta, a participação e o papel desempenhado por esses sujeitos junto às tropas pagas na colônia, e as tropas indígenas tem muito a nos dizer. Não sem razão Padre Antonio Vieira destacou, na transcrição de Pedro Puntoni, o Brasil que tinha:

“tantas léguas de costa e ilhas e de rios abertos, não haveria de se defender, nem pode, com fortalezas nem com exércitos, senão com assaltos, com canoas, e principalmente com índios e muitos índios; e esta guerra só a sabem fazer os moradores que conquistaram isto, e não os que vêm de Portugal” (PUNTONI, 2000:52)

Fica claro, portanto, a defesa e manutenção de espaços tão vastos como o Grão-Pará implicavam diretamente em outros setores da sociedade. A intenção não é resolver os problemas da participação dos grupos indígenas na política militar de Portugal na colônia. Mas chamar atenção para essa questão.

2. Índios e algumas possibilidades de pesquisas em história militar.

A atuação indígena em diligências militares juntamente com soldados que compunham as tropas pagas é um desafio para a chamada nova história militar. Há uma limitação das fontes, abordagens e de conceitos. Porém, alguns caminhos podem indicar possibilidades de pesquisas sobre este aspecto. Um desses caminhos é o estudo da atuação de *tropas* que eram enviadas aos sertões ou as fronteiras.

A *tropa* é um espaço privilegiado para se perceber a interação de soldados e índios em operações militares. Espaço que no período colonial, conseguiu reunir índios, moradores, soldados vindos do reino e da própria colônia, autoridades coloniais, degredados condenados a viver distantes do seu local de origem, e muitos outros sujeitos que viviam na conquista e eram obrigados ao ônus militar. Relações que nem sempre foram as mais cordiais; ao contrário, as tropas, fossem elas de guerra, resgate ou expedição, eram marcadas por tensões que se agravavam pela precária situação dos soldados mal pagos e pela condição do serviço forçado das armas.

As notícias sobre as tropas desde sua preparação até a ação para que era destacada, podem ser verificadas em diversas fontes do período colonial. Entretanto, tomarei como exemplo os regimentos particulares, para verificar a presença indígena nas operações militares da Coroa. Esses regimentos são fundamentais para a compreensão do índio nessas atividades na colônia. Neles estão presentes todas as instruções passadas pelo governador ao capitão responsável pela tropa. Sobre como deveria proceder, e inclusive o papel de índios e soldados nas empreitadas.

Os regimentos particulares eram elaborados pelo próprio governador e entregues aos cabos de guerra responsáveis pelo comando dos homens na tropa. Eram específicos para determinados eventos. Neles continha todas as recomendações que deveriam ser observadas durante a viagem, desde a partida até a chegada. No Grão-Pará na primeira metade do século XVIII um evento foi o motivo para a elaboração desse tipo de regimento: a guerra do Rio Negro.

Por essa razão elegi um regimento específico: “Regimento de tropas de guerra e resgate no Rio Negro- 1726”. A escolha deve-se a importância desta questão para esse contexto. Guerras contra grupos indígenas sem dúvidas foi o motivo que mais mobilizou índios e soldados na experiência colonial no Grão-Pará. Nesses regimentos é possível perceber o índio o que não ocorre, por exemplo, quando analisamos os Mapas das companhias militares do mesmo período.

Na guerra do Rio Negro, a morte de um índio aliado foi o estopim para se declararem guerra aos índios Manao. Pelo que consta no regimento em janeiro de 1723, saía por ordem do governador João da Maia da Gama uma tropa de resgates com destino ao Rio Negro. Comandada pelo capitão Manuel de Braga e guiada pelo “Principal Carunamã” “amigo dos portugueses”. Na diligência a tropa foi atacada pelos Principais Jarau, e Beijari, e Jariapu pela instrução de Ajuricaba chefe da nação Manao. O confronto resultou na morte “aleivosamente” do índio Carunamã, aliado dos portugueses, o que motivaria a declaração de “guerra justa” aos índios hostis. (CEDEAM, 1986: 3-29).

Os Manao habitavam a região do baixo Rio Negro e conforme destacou Márcio Meira “exerciam o papel de ‘sociedade tampão’, que fechava o acesso aos portugueses para o médio e alto curso desse rio”. Faziam parte de uma “rede de comércio interétnica que chegava até os holandeses” (MEIRA, 1994: 7). A desobstrução dos rios às tropas lusas, foi o motivo indicado no 4º capítulo do regimento de João Paes do Amaral na ocasião da guerra. O que significava para Portugal a rendição das nações indígenas lá estabelecidas.

Aqui temos a atuação indígena tanto como agente incorporado à tropa portuguesa, como é o caso do principal Carunamã. Como também, protagonizando conflitos às imposições e avanços de tropas portuguesas no Rio Negro. A presença de índios guias nas tropas era imprescindível para o êxito da empreitada. Era responsável pela definição dos melhores caminhos a serem tomados, desviando de correntezas, pororocas e bancos de areia. Indicando os locais seguros de paradas para tropa. Portanto, um das primeiras ações de preparação antes da saída de uma tropa é a incorporação de um índio guia.

Por outro lado foram as atuações dos Manao que levaram novas tropas ao local do confronto. Em 6 de novembro do mesmo ano a tropa comandada pelo capitão Belquior Mendes seguia ao Rio Negro. Dois anos mais tarde, em 14 de março de 1725, estava a caminho a tropa do capitão João Paes do Amaral “para fazer os resgates de S.M e fazer a guerra” contra os índios inimigos. No dia 23 de outubro do mesmo ano, um reforço foi enviado ao capitão pelo ajudante Anacleto de Lalor, que seguia com uma canoa, soldados, índios e munições. (Regimento de tropas de guerra e resgate no Rio Negro- 1726).

Se por um lado as tropas portuguesas se organizavam como reforços de soldados, índios de guerra e munições. Os Manao também se mobilizaram nesse sentido estabelecendo alianças com a nação Mayapema contra as tropas lusas. Consta no regimento que foi nessa diligencia que o capitão Belquior Mendes e sua tropa foram novamente atacados pelos indígenas. Os principais da nação Mayapema haviam insultado os portugueses “induzidos pelo principal Ajuricaba”. Esse episódio foi relatado ao governador geral, que mandando fazer devassa sobre o ocorrido entendeu ser necessário “dar o castigo merecido com dura guerra”. As providências foram tomadas em seguida, o governador mandou “aparelhar duas canoas grandes de S.M. com todo o necessário para guerra”. O capitão Leandro Gemaque responsável por conduzir os reforços militares até o capitão João Paes do Amaral levava “armas, munições, resgates, medicinas e mantimentos com soldado”. O governador instruiu o capitão Paes do Amaral para que “com toda brevidade” possa punir a nação Mayapema

“matando no furor da guerra, todo o que resistir, e cativando todo o que se render”. E se “execute o castigo em todos os ditos principais e seus vassallos, para que de uma vez fique desimpedida a entrada do rio e passagem das cachoeiras”. (Regimento de tropas de guerra e resgate no Rio Negro- 1726).

Em 1728, cinco anos após a morte do guia aliado dos portugueses Carunamã, quando se passou a mostra da gente de guerra da capitania do Pará, o governador Alexandre de Souza Freire informava ao rei sobre a situação da guerra contra os “bárbaros Mayapema”. Explicava que por causa da guerra contra os Mayapema tinha enviado mais soldados ao Rio Negro para atender aos pedidos de João Paes do Amaral. E ainda, sobre a aproximação geográfica entre as nações Mayapema e Manao. O que teria sido favorável para o estabelecimento de alianças entre as nações indígenas contra as tropas portuguesas. Na mesma carta, Alexandre de Souza Freire declarava ao rei sua preocupação quanto à impossibilidade de enviar 800 índios de guerra, que pedia como socorro João Paes do Amaral. (AHU, Avulsos Pará, caixa 11, doc. 974).

O reforço de 800 índios de guerra para o Rio Negro sugere a importância bélica dos indígenas nessas operações militares. A mobilização de índios de guerra que assim como os soldados pagos também foram incorporados, em grande medida, de forma compulsória a integrar tropas que se deslocavam pelos sertões, atuando de forma decisiva em momentos de perturbação pública. Outros exemplos podem ser destacados: casos como o ocorrido em 1712, quando o governador solicitava 400 nativos de guerra do Ceará, para render índios rebelados na ocasião da guerra contra os índios do Corso. (AHU, códice 269, cartas régias para o Maranhão e Pará, f. 4v). Como também em 1737, quando o governador João de Abreu de castelo Branco pedia ao sargento mor de Cameté 30 índios para seguir em uma expedição (APEP, códice 25, doc. 18). Em 1739, o mesmo governador ordenava aos principais das aldeias da boca do Aricuru, Arucara e Gurupá, que dessem 52 índios, “26 em cada canoa” (APEP, códice 25, doc. 248.) para seguir em outra jornada ao sertão. Isso sugere a existência de uma mobilização de um número significativo de índios, ou seja, a militarização da região teve também implicações diretas nas vidas desses sujeitos.

Portanto, é inegável a importância indígena para o processo de defesa e manutenção dos territórios portugueses na colônia. O desafio é enxergar essa atuação a partir das lentes do colonizador e da documentação oficial. Aqui aponte os regimentos e as tropas como possíveis caminhos para essa percepção. Podem e devem existir outros. A preocupação neste trabalho é chamar atenção para essa questão. Todavia, os limites e as possibilidades são elementos da ação de pesquisa e do posicionamento do pesquisador naquele momento.

Considerações finais

A abordagem sobre a atuação indígena no aspecto militar da colonização também é uma escolha. A percepção desses sujeitos só é possível quando ampliamos os conceitos e as possibilidades de pesquisas com novas fontes. Nesse sentido, tem se avançado no campo da história militar. Todavia, a meu ver há ainda a necessidade de agregar outras fontes como regimentos particulares, requerimentos, instruções para as jornadas. Assim, a implicação da militarização dos espaços coloniais poderá ser analisada para além da soldadesca e do oficialato.

Outra questão são as fronteiras entre História indígena e História militar. O indígena tem sido um sujeito exclusivo da primeira. Todavia, está presente em eventos considerados do campo da segunda. Como as guerras, as diligências de vigilância e manutenção de territórios. Essa fronteira é tensionada pela experiência colonial. Sobretudo, nas jornadas de tropas de guerra, guarda costas e descimentos. Os papéis sociais se confundem. Talvez seja necessário, dar dinamicidade que as próprias exigências relacionais impõe a colonização. Os campos da história militar e indígena devem dentro de seus métodos e abordagens específicas oferecer os mecanismos para a compreensão dessa dinamicidade.

Fontes

“Portaria passada pelo Governador e Capitão General João de Abreu de Castelo Branco para os padres missionários das aldeias do Rio do Amazonas e do Rio Negro para darem índios ao capitão e cabo das tropas de regate Lourenço Belfort o necessário a equipação das canoas na expedição”. 1737. *APEP*, código 25, doc. 19.

“Regimento de tropas de guerra e resgate no Rio Negro- 1726”. *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*. Universidade do Amazonas, Manaus, vol. 5, nº 9 (jul-dez/1986), pp. 3-29.

Carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V, em resposta à provisão régia de 13 de Outubro de 1727, sobre a falta de soldados para servir na capitania e informando acerca da guerra que se verifica no Rio Negro contra o gentio bárbaro Mayapema. Belém do Pará, 14 de setembro de 1728. Anexo: listas e mapa. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 11, doc. 974.

“Sobre o socorro de 400 índios de guerra que se lhes mandam enviar logo do Ceará para castigarem os índios do Corso por haverem morto o seu cabo Manoel do Valle e seus soldados”. 19 de dezembro de 1712. *AHU*, código 269, cartas régias para o Maranhão e Pará, f. 4v.

“Ordem a João da Veyga Tenorio sarg.^{to} mor de Camutá”. 1737. *APEP*, código 25, doc. 18.

[Carta que mandou o governador João de Abreu de Castelo Branco as principais das aldeias Bocas de Aricuru, Aricurá e Gurupá para que estes dêem para cada canoa 26 índios para a expedição]. Belém, 27 de novembro de 1739. *APEP*, código 25, doc. 248.

Regimento que há de guardar o sargento mor Fr^{co} de Mello Palheta comandante da tropa de guarda costa. Belém do Grão-Pará, 22 de outubro de 1728. *APEP*, código 7, doc. 05.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Paisagem, Historicidade e Ambiente: as várias naturezas da natureza. *Confluenze* vol.1 nº1, pp. 136-157.

COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no império lusitano: Uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito Moderno da Natureza intocada*. São Paulo: NAPAUB- Universidade de São Paulo, 1994/HUCITEC, 2001.

GOMES, Flavio dos Santos, NOGUEIRA, Shirley, Maria Silva. “Outras Paisagens Coloniais: Notas sobre desertores militares na Amazônia Setecentista”. In: GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras Colonização e escravidão na Guiana Brasileira*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 2000, pp. 196-224.

GUZMÁN, Décio de Alencar. “Constructores de ciudades: mamelucos, indios y europeos en las ciudades pombalinas de la Amazonia (siglo XVIII)”. In: GARCÍA, Clara & MEDINA, Manuel Ramos (orgs.). *Ciudades mestizas: intercambios y continuidades en la expansión occidental. Siglos XVI a XIX*. México DF: Centro de Estudios de Historia de México, 2001, pp. 96-98.

MEIRA, Márcio. “Introdução”. In: MEIRA, Márcio (introdução e organização) *Livro das Canoas: documento para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo: FADESP, 1994.

MELLO, Christiane Figueiredo. *Os corpos de auxiliares e ordenanças na segunda metade do século XVIII- as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-sul da América*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2002.

_____. As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista de História* 154, n° 1, 2006.

MOREIRA e LOUREIRO. “A nova história militar e a América Portuguesa: um balanço historiográfico”, In: Paulo Possamai (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012. pp. 13-16.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um novo sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004;

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *Razões para desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Belém: Dissertação de Mestrado, NAEA/UFPA, 2000.

_____. “O recrutamento militar no Grão-Pará”. In: Paulo Possamai (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012 pp. 283-297.

POSSAMAI, Paulo. “Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis: os soldados da Colônia do Sacramento”. *Revista Brasileira de História Militar*, nº 2, agosto de 2010.

_____. *A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento. Um Bastião português em terras do Uruguai*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

_____(org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

PUNTONI, Pedro. “A arte da guerra no Brasil”. Tecnologia e estratégias militares na expansão da fronteira da América Portuguesa (1550-1700). In: Castro, Izecksohn, Kraay (orgs). *A Nova História Militar brasileira*. p. 49.

_____. *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec/ Ed.USP, 2002.

RESTIER JUNIOR, Renato Jorge Paranhos e LOUREIRO, Marcello José Gomes. “História Política, História Social e História Militar: três histórias em busca de um eixo teórico e metodológico comum”. *Revista Brasileira de História Militar*, Ano III, nº 8, agosto 2012, pp. 92-93.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996;
PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica Ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SILVA, Kalina V. da. *O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001.

_____. “Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão do recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais”. *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico. EDUFJF, 2002, v.8, n.1. p. 86.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

VIANA, Wania Alexandrino. “*Gente de guerra na Amazônia colonial*”: composição e mobilização de tropas pagas na capitania do Grão-Pará. (primeira metade do século XVIII). Belém: Dissertação de mestrado, PPHIST, 2013.

_____. *Das Armas aos sertões: o recrutamento militar e resistência no Estado do Pará e Maranhão (primeira metade do século XVIII.)*. Belém: Monografia de graduação (História), 2009.